

PAPEL DA PSICOLOGIA JURÍDICA NO ACOMPANHAMENTO DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA

Kalluany Genequele Carvalho Sousa¹

Giselle Miranda Menezes

Isabella Costa Franco³

A violência contra a mulher é um problema grave de saúde pública e justiça social, demandando respostas qualificadas que integrem abordagens jurídicas, psicológicas e sociais. A psicologia jurídica se mostra fundamental no acompanhamento dessas mulheres, ao prover acolhimento empático e intervenções técnicas que favorecem sua recuperação emocional e autonomia. Inspirada pela Lei Maria da Penha, que assegura atendimento psicológico como direito da mulher, esta atuação visa tanto o fortalecimento individual quanto o suporte ao sistema judicial. Este trabalho busca demonstrar a importância desse campo interdisciplinar por meio da análise de dados nacionais recentes e investigações acadêmicas. Utilizou-se pesquisa bibliográfica combinada com interpretação de levantamentos estatísticos como o DataSenado/OMV (2023), além de artigos de estudos de caso e relatos clínicos. Entre as participantes da Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher, três a cada dez brasileiras relataram ter sofrido violência doméstica — totalizando mais de 25 milhões de vítimas, 22 % delas nos últimos 12 meses. As formas mais recorrentes foram a violência psicológica (89 %), moral (77 %) e física (76 %). Cerca de metade das agressões ocorre no âmbito conjugal, e quase metade (48 %) das vítimas denunciam descumprimento de medidas protetivas. Os dados também revelam que a violência geralmente se inicia cedo, pois 22 % das vítimas relatam a primeira agressão entre 19 e 24 anos. Nesse cenário, a psicologia jurídica não atua apenas de forma reativa, mas também preventiva. A prevenção ocorre quando o psicólogo promove espaços de escuta e orientação, trabalha a reconstrução da autoestima e auxilia na quebra do ciclo de violência, ajudando a vítima a reconhecer sinais de abuso e a desenvolver estratégias de proteção. Além disso, campanhas educativas, grupos de apoio e parcerias com escolas e comunidades reforçam a conscientização social, reduzindo a naturalização da violência de gênero. O acompanhamento psicológico de mulheres em situação de violência é realizado de maneira individual ou em grupo, envolvendo

¹ Discente do Curso de Psicologia do Centro Universitário de Mineiros- UNIFIMES. Email: kalluanycarvalho@academico.unifimes.edu.br

² Discente do Curso de Psicologia do Centro Universitário de Mineiros- UNIFIMES

³ Docente do Curso de Psicologia do Centro Universitário de Mineiros- UNIFIMES.

escuta qualificada, acolhimento sem julgamentos e intervenção direcionada à reconstrução do vínculo com sua identidade e autonomia. O psicólogo jurídico busca fortalecer a capacidade de tomada de decisão da mulher, oferecendo ferramentas emocionais e cognitivas que lhe permitam reorganizar sua vida, inclusive no âmbito jurídico, quando necessário. A produção de relatórios técnicos, perícias e pareceres psicológicos subsidia o sistema de justiça, assegurando maior proteção e eficácia das medidas legais. Em síntese, o apoio sistêmico proporcionado pela psicologia jurídica representa um baluarte na reconstrução da vida dessas mulheres. Ao promover o fortalecimento emocional, apoiar o acesso à justiça e contribuir para decisões judiciais mais embasadas, a psicologia jurídica reforça os direitos humanos e contribui para interromper o ciclo de violência. Assim, ao integrar a atenção individual à responsabilização institucional, a psicologia jurídica emerge como elemento central não apenas na reparação, mas também na prevenção da violência de gênero, consolidando avanços rumo a uma sociedade mais justa e igualitária.

Palavras-chave: Violência de gênero. Psicologia jurídica. Autonomia. Prevenção. Justiça social.